

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Processo nº 050808136.000088/2025-09

1. DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimentos que tem por objeto as inscrições de servidores e conselheiro do IPASEMAR no 4º Seminário Nacional de Previdência para atender às necessidades do Instituto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos constantes no processo.

2. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos.

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mas vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto ha requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais . Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No nosso caso em questão verifica-se a Inexigibilidade de licitação com base juridica no artigo 74 da Lei nº 14133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do **caput** deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Trata-se de contratação de inscrição em evento, organizado por associação, que já possui expertise de atuação na área de capacitação/treinamento, enquadrando-se a contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso III, alínea “f”, do art. 74 da Lei federal n.º 14.133/2021.

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados ou prestadores dos mesmos serviços no mercado, seja pelo fato de que o evento é único e atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo. A formatação do Congresso com os temas assinalados demonstram a inviabilidade de competição por se tratar de evento único.

4. DAS COTAÇÕES

Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado devido a natureza do Objeto do procedimento.

O valor mais vantajoso ofertado conforme a planilha de estimativa de despesa foi R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

Comparadamente, demonstra-se que a contratação está dentro dos valores de mercado.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

De acordo com o art. 72, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, o processo de contratação direta deverá ser instruído com a estimativa de despesa, calculada na forma do art. 23 da referida Lei.

Decerto, nas contratações por inexigibilidade de licitação, em que não há viabilidade de competição, a habitual pesquisa de mercado – tal como realizada nos demais procedimentos de contratação – submete-se a algumas peculiaridades.

Isso porque a natureza personalíssima da atuação do particular dificulta a comparação com preços de serviços semelhantes, prestados por executores diversos. Em razão disso, a justificativa de preço deve ocorrer por meio da comprovação do preço ofertado pela potencial contratada com aquele que ela pratica junto a outros entes adquirentes, especialmente junto a outros órgãos públicos.

Nesse sentido, destaca-se o teor da Orientação Normativa AGU n. 17/2011, in verbis: "A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos".

Desse modo, a elaboração da justificativa de preço deve considerar as diretrizes do art. 7º da IN SEGES/ME n. 65/2021, que assim orienta:

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Com fundamento no art. 7º, § 1º, in fine, da IN SEGES/ME n. 65/2021, também poderão ser utilizados para justificar o valor da contratação, em caráter subsidiário, os materiais de divulgação do evento (folders, cartazes, publicações na imprensa, cartas-convite etc.), desde que tais materiais comprovem a condição de congresso aberto ao público em geral.

6. DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar as inscrições de servidores e conselheiro do IPASEMAR no 4º Seminário Nacional de Previdências foi a ASSOCIACAO NACIONAL DE ENTIDADES DE PREVIDENCIA DE ESTADOS E MUNICIPIOS - ANEPREM, inscrito no CNPJ sob o número 02.869.624/0001-75.

7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administração para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

Diante disso resta deixar resignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

8. **DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO**

Os recursos para custear tais despesas são advindos do Orçamento de 2025, conforme demonstrado no parecer orçamentário, bem como listado abaixo:

Gestão/Unidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá - IPASEMAR;

Fonte de Recursos: Próprio;

Elemento de Despesa: 09 272 0001 2 123 Manutenção do Ipasemar;

Classificação Econômica: 3.3.90.39 Outros Serv. Terc. Pessoa Juridica;

Marabá-PA, 02 de julho 2025.

Documento assinado eletronicamente

Nilvana Monteiro Sampaio Ximenes

Diretora Presidente

Portaria nº 045/2025 - GP



Documento assinado eletronicamente por **Nilvana Monteiro Sampaio Ximenes, Diretora Presidente**, em 03/07/2025, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 397, de 2 de agosto de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0771886** e o código CRC **7EEEAC56**.

Folha 32 Quadra 14 Lote 01, - Bairro Nova Marabá - Marabá/PA - CEP 68508-130

ipasemar@ipasemar.pa.gov.br, - Site - <https://www.ipasemar.pa.gov.br/>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 050808136.000088/2025-09

SEI nº 0771886

ESTIMATIVA DA DESPESA

Processo nº 050808136.000088/2025-09

Em atendimento ao artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, à IN nº 65/2021 e ao artigo 58 do Decreto nº 383 de 28 de março de 2023, estima-se a despesa da contratação por inexigibilidade de fornecedor exclusivo, prevista no art. 74, I da Lei nº 14.133/2021, em razão da consolidação dos dados da pesquisa de preços feitas por este Instituto, da seguinte maneira:

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO (ART. 56, I, DECRETO Nº 383/2023 C/C ART. 3º, INCISO I, IN 65/2021)

Inscrições de Servidores e Conselheiro do Instituto no 4º Seminário Nacional de Previdência.

2. IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA (ART. 56, II, DECRETO Nº 383/2023 C/C ART. 3º, INCISO II, IN 65/2021)

Brena Costa Acácio - Coordenadora de Materiais e Patrimônio.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS (ART. 56, III, DECRETO Nº 383/2023 C/C ART. 3º, INCISO III, E ART. 5º, IN 65/2021)

PNCP: contratações similares de outros entes públicos, em execução na data da pesquisa de preços, conforme ID SEI nº 0799521 e 0799525.

Trata-se de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização, sendo inviável a competição.

Dessa forma a comparação é do fornecedor com ele mesmo em outras contratações com a Administração, conforme especificado na tabela abaixo:

Ivestimento no 4º Seminário Nacional de Previdência	
Quantidade/Participante	Valor/Participante
04	R\$ 990,00

Ivestimento no 4º Seminário Nacional de Previdência para outros órgãos		
ÓRGÃO	Quantidade/Participante	Valor/Participante
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ILHABELA - ILHABELA PREV - (Inscrição realizada no mês de junho).	02	R\$ 950,00

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO - (Não filiado).	01	R\$ 1.350,00
---	----	--------------

4. JUSTIFICATIVA PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM E SPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL (ART. 56, VI, DECRETO Nº 383/2023 C/C ART. 3º, INCISO VI, E ART. 6º, § 3º, IN 65/2021)

Não foram encontrados valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados.

5. VALOR ESTIMADO DA DESPESA E MEMÓRIA DE CÁLCULO (ART. 55, I, ART. 56, VII DO DECRETO Nº 383/2023)

O valor estimado da despesa é de R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais), conforme memória de cálculo abaixo:

OBJETO	QUANT.	VALOR POR PARTICIPANTE	VALOR TOTAL
4º Seminário Nacional de Previdências	4	R\$ 990,00	R\$ 3.960,00

Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com o disposto no Decreto 383/2023, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é vantajoso para a Administração.

Marabá-PA, 11 de julho de 2025.

Documento assinado eletronicamente

Brena Costa Acácio

Coordenadora de Materiais e Patrimônio

Portaria nº 780/18 - IPASEMAR



Documento assinado eletronicamente por **Brena Costa Acacio**, **Coordenadora de Patrimônio**, em 11/07/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 397, de 2 de agosto de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0799202** e o código CRC **9B557DD0**.

Folha 32 Quadra 14 Lote 01, - Bairro Nova Marabá - Marabá/PA - CEP 68508-130

ipasemar@ipasemar.pa.gov.br, - Site - <https://www.ipasemar.pa.gov.br/>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 050808136.000088/2025-09

SEI nº 0799202



4º Seminário Nacional de Previdência da ANEPREM

Local: Hotel Grand Bittar – Brasília/DF

Data: 29 a 31 de julho de 2025

Brasília/DF será palco de um dos mais esperados encontros sobre previdência no país, não fique de fora!

Participe e acompanhe a entrega do **2º Prêmio Nacional de Investimento & 2º Selo Gestor Nacional da ANEPREM**, celebrando as melhores práticas e inovações no setor.

- ✓ **Curso Preparatório para NOVA CERTIFICAÇÃO**, simultâneo com as palestras;
- ✓ **Networking** com especialistas e gestores públicos;
- ✓ **Debates estratégicos** sobre o futuro da previdência;
- ✓ **Pontos para renovação de certificação** (APIMEC e TOTUM);
- ✓ **A cada 10 inscrições, a 11ª é gratuita!**
- ✓ **Oportunidade de aprendizado e troca de experiências.**

Garanta agora sua participação e junte-se à maior rede de profissionais comprometidos com a evolução previdenciária no país. Vagas limitadas!

Você é nosso convidado principal!

4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PREVIDÊNCIAS EM BRASÍLIA/DF			
TIPO DE INSCRIÇÃO	MAIO	JUNHO	JULHO
RPPS filiado ANEPREM	R\$ 890,00	R\$ 950,00	R\$ 990,00



PROPOSTA DE ORÇAMENTO
INSCRIÇÃO 4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PREVIDÊNCIAS 2025



APRESENTAÇÃO:

4º Seminário Nacional de Previdência da ANEPREM

Local: Hotel Grand Bittar –Brasília/DF-SHS Q, BLB , ASASUL ,BRASÍLIA-DF

Data: 29 a 31 de julho de 2025

Brasília/DF será palco de um dos mais esperados encontros sobre previdência no país, não fique de fora!

Participe e acompanhe a entrega do 2º Prêmio Nacional de Investimento & 2º Selo Gestor Nacional da ANEPREM, celebrando as melhores práticas e inovações no setor.

Curso Preparatório para NOVA CERTIFICAÇÃO, simultâneo com as palestras;

Networking com especialistas e gestores públicos;

Debates estratégicos sobre o futuro da previdência; Pontos para renovação de certificação

(APIMEC e TOTUM); A cada 10 inscrições, a 11ª é gratuita!

Oportunidade de aprendizado e troca de experiências.

Garanta agora sua participação e junte-se à maior rede de profissionais comprometidos com a evolução previdenciária no país. Vagas limitadas!

Você é nosso convidado principal!



INSCRIÇÕES:

4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PREVIDÊNCIAS EM BRASÍLIA/DF			
TIPO DE INSCRIÇÃO	MAIO	JUNHO	JULHO
RPPS filiado ANEPREM	R\$ 890,00	R\$ 950,00	R\$ 990,00
RPPS filiado das associações parceiras	R\$ 990,00	R\$ 1050,00	R\$ 1090,00
RPPS não filiado	R\$ 1.190,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.290,00
Demais órgãos públicos	R\$ 1.290,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.390,00
Prestadores de Serviços ou outras instituições	R\$ 3.990,00	R\$ 4.990,00	R\$ 5.990,00

Vantagens exclusivas:

A cada 10 (dez) inscrições, 1 (uma) gratuita

PÚBLICO-ALVO:

1-Dirigentes e técnicos de Institutos de Previdência, membros de Conselhos Deliberativos/Administrativos e Fiscal e Comitês de Investimentos.

2-Gestores de estados e municípios, como Prefeitos, Governadores, Secretários e demais servidores públicos interessados no aprimoramento da gestão administrativa e de investimentos.

3-Membros de entidades representativas de servidores e pensionistas, sindicais e representantes de Associações Estaduais de Previdência.

4-Membros Legislativo como Deputados Federais e Estaduais, Vereadores e suas assessorias. Procuradores, Conselheiros e corpo técnico dos Tribunais de Contas da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

5-Membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Outros, relacionados a Instituições de investimentos e prestadores de serviços.

TERMO DE PARTICIPAÇÃO:

Das Inscrições

Os inscritos deverão ser vinculados aos RPPS associados à ANEPREM ou outras associações parceiras para inscrição como filiado.

As opções de Inscrições de RPPS NÃO filiados e OUTROS Órgãos Públicos são válidas para ocupantes de cargo público EFETIVO OU COMISSIONADO.



Com exceção de Instituições Financeiras, os demais vínculos serão considerados PRESTADORES DE SERVIÇOS, e o valor da inscrição será cobrado conforme estabelecido para a categoria.

Da Desistência

No caso de desistência, será constituído um crédito para o próximo evento da ANEPREM, conforme discriminado abaixo:

- De 60% (sessenta por cento) do valor, até 30 (trinta) dias antes do evento;
- De 40% (quarenta por cento) do valor em até 15 (quinze) dias;
- De 20% (vinte por cento) de valor em até 10 (dez) dias.

Inscrições em Grupo

Nas INSCRIÇÕES realizadas em grupo, ou de forma individual, deverá ser informado o número do CNPJ do órgão público em que o(s) inscrito(s) estiverem vinculados, como responsável pelo pagamento, seguido dos demais procedimentos indicados.

As inscrições somente serão efetivadas após confirmação do pagamento.

Ao fazer a inscrição, o participante concordará com todas as condições acima.

TIRE DÚVIDAS:

Em caso de dúvidas, ou para mais informações, utilize os seguintes canais:

Atendimento CRM ANEPREM (81) 98952-4134 (WhatsApp)

Email: eventos.aneprem@gmail.com

DE: ANEPREM

PARA: IPASEMAR – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá- PA

End.: Folha 32 Quadra 14 Lote 01 – Nova Marabá - contato: (94) 3322-3870/2370/1293 CNPJ: 01.420.402/0001-08

COTAÇÃO DE 04 INSCRIÇÕES:

- VALOR UNITÁRIO PARA FILIADOS = R\$ 990,00
- VALOR TOTAL PARA QUATRO (4) INSCRIÇÕES = R\$ 3.960,00

EM, 02/07/2025